

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

I - DADOS DA OSC

Razão Social:

Nome fantasia:

Nome do Representante Legal:

CNPJ:

Endereço Completo:

Município:

UF:

Contatos telefônicos:

E-mail(s):

Sede: () Própria () Locada () Cedida

Prezada Comissão de Credenciamento e Seleção,

A [NOME DA OSC], inscrita no CNPJ nº [NÚMERO DO CNPJ], vem por meio do presente, requerer credenciamento para firmar parceria na área da assistência social, em conformidade com o EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2025, juntando para tanto, todos os documentos exigidos neste edital.

Declaro, sob as penas da lei, que tomamos conhecimento de todas as normas e condições para o cumprimento das obrigações, objeto deste credenciamento, com as quais concordamos integralmente.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de [AAAA].

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A [NOME DA OSC], inscrita no CNPJ nº [NÚMERO DO CNPJ], DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO III

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA OSC

Nome	Cargo	RG	CPF	Endereço	Telefone	E-mail

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

A [nome da OSC], inscrita no CNPJ nº [nº do CNPJ], situado [endereço completo], CEP:[nº cep], neste ato representado pelo seu presidente, [nome do presidente], DECLARA que apresenta capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento de atividades e projetos voltados para área da assistência social que contemplem a promoção, ampliação e o fortalecimento das políticas públicas voltadas especificamente as crianças e adolescentes.

Encaminhamos anexado a este documento, cópias de comprovantes referente a execução de projetos executadas pela organização. Ressaltamos que, todos os projetos foram executados em sua totalidade e com qualidade, não existindo fatos que desabonaram a conduta e a responsabilidade da OSC com as obrigações assumidas, confirmando assim, a capacidade técnica e operacional para a execução do que foi proposto.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de [AAAA].

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Eu, [nome do representante legal], inscrito no CPF sob o nº [nº do CPF], e RG: [nº do RG], residente na [endereço completo], representante legal da [razão social da OSC], pessoa jurídica de direito privado, sob forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº [CNPJ], com sede na [endereço atualizado da OSC], DECLARO, para fins de direito e sob as penas das leis vigentes, que todas as informações apresentados junto ao Edital de Credenciamento nº 03/2025 são verdadeiras e autênticas. E por ser esta a expressão da verdade, firmo o presente.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de [AAAA].

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro, em conformidade o art. 39 da Lei nº 13.019/14 que a [NOME DA OSC], inscrita no CNPJ nº [NÚMERO DO CNPJ], não incorre em quaisquer das vedações abaixo apresentadas:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do município de Coruripe, entendendo-se esta vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral, por afinidade, até segundo grau.
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019/14;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: (a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; (b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; (c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera governamental da administração pública sancionadora por prazo não superior a 2 anos; e, por fim, (d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- Não tem entre seus dirigentes pessoa: (a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; (b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; (c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos no incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO VII

DECLARAÇÃO QUE POSSUI CIÊNCIA DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.316/2023

Eu, [nome do representante legal], inscrito no CPF sob o nº [nº do CPF], e RG: [nº do RG], representante legal da [razão social da OSC], pessoa jurídica de direito privado, sob forma de entidade civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº [CNPJ], com sede na [endereço atualizado da OSC], **DECLARO**, para fins de direito e sob as penas das leis vigentes, que possuo ciência do Decreto Municipal nº 1.316/2023, e das vedações para a celebração de parcerias e repasses de recursos.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO VIII

TERMO DE CONSENTIMENTO
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

A [nome da OSC], pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, inscrito no CNPJ nº [nº do CNPJ], situado na [endereço completo], neste ato representado pelo seu presidente [nome do presidente], **DECLARA**, que tem ciência de que nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, não haverá comprometimento do nível de proteção de dados utilizados pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e da Mulher do Município de Coruripe, Alagoas, desde que observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.

Coruripe/AL, [DD], de [MMMM] de 2025.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO

DADOS PARA RECEBIMENTO DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

A [nome da OSC], pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, inscrito no CNPJ nº [nº do CNPJ], situada na [endereço completo], neste ato representado pelo seu presidente [nome do presidente], DECLARA, que concorda em receber oficialmente todas as solicitações e notificações que forem encaminhadas pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Trabalho e da Mulher do Município de Coruripe referente ao Edital de Credenciamento nº 03/2025, e que estas informações podem ser enviadas para o seguinte e-mail [informar e-mail]:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC
[Cargo do Representante Legal da OSC]

Observações:

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Assinatura do representante legal